

FABIO ASSIS PINHO
JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES
Organizadores

**MEMÓRIA, TECNOLOGIA E CULTURA NA
ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**



RECIFE, PE
2017

© 2017 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos.
Proibida a venda.

Comissão Organizadora

José Augusto Chaves Guimarães
Renato Rocha Souza
Fabio Assis Pinho (Presidente)
Helen de Castro Silva Casarin

Comissão Científica

Ana Cristina Albuquerque	Marcílio de Brito
Benildes Maculan	Marcos Luiz Cavalcante de Miranda
Brigida Cervantes	Maria Aparecida Moura
Carlos Cândido de Almeida	Maria Elizabeth B. C. de Albuquerque
Carlos Marcondes	Maria Luiza Almeida Campos
Célia da Consolação Dias	Mariângela Spotti Lopes Fujita
Cristina Dotta Ortega	Marilda Lopes Ginez de Lara
Deise M. A. Sabbag	Marisa B. M. Bräscher
Dulce Amélia de Brito Neves	Murilo Artur Araújo da Silveira
Evelyn G. D. Orrico	Natália Bolfarini Tognoli
Fabiano Ferreira de Castro	Rodrigo de Sales
Fabio Assis Pinho	Rodrigo Rabello da Silva
Johanna Wilhelmina Smit	Suellen Oliveira Milani (Presidente)
Leilah Santiago Bufrem	Thiago Henrique Bragato Barros
Ligia Maria Arruda Café	Vânia Mara Alves Lima
Luciana de Souza Gracioso	Vera Dodebei
Luciane Paula Vital	

Coordenação Editorial: Francisco Arrais Nascimento

Capa: Maíra Fernandes Alencar

Revisão textual: Os autores

M533 Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento.
/ Fabio Assis Pinho, José Augusto Chaves Guimarães,
organizadores. – Recife, PE : Ed. UFPE, 2017.

vi, 409 f. ; 30 cm. – (Estudos Avançados em Organização do
Conhecimento ; v. 4)

Livro eletrônico.
ISBN: 978-85-415-0913-8

1. Ciência da Informação. 2 Representação do
Conhecimento. I. Pinho, Fabio Assis (*Org.*). II. Guimarães, José
Augusto Chaves (*Org.*). III. Congresso Brasileiro em Organização
e Representação do Conhecimento (4. : 2017 : Recife, PE). IV.
Série.

CDD 020

Indexação e Descrição Arquivística: Relações Histórico-conceituais

Indexing and Archival Description: conceptual and historical relations

Gilberto Gomes Cândido (1), Thiago Henrique Bragato Barros (2), Franciele Marques Redigolo (3)

(1) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Hygino Muzzi Filho, 737 – Bairro: Mirante – Marília – SP, E-mail: ggcandido@ufpa.br. (2) (3) Universidade Federal do Pará – UFPA, E-mail: (2) thiagobarros@ufpa.br. (3) franciele@ufpa.br

Resumo

De modo a discorrer sobre as acepções teóricas e práticas do termo Indexação na Arquivologia, buscou-se investigar as relações conceituais que essa apresenta para com área em questão. Em primeiro momento o termo indexação é apontado na Arquivologia por Schellenberg (1980) no século XIX e XX como um processo que tem como base a Catalogação, que advém do Tratamento Temático da Informação (TTI), já em um segundo momento com automação na década de 1980 essa passa a ser entendida como um processo relacionado a descrição do documento de arquivo apresentado pela Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF) que expõe alguns elementos/caracteres que devem ser observado ao extrair o termo do documento para sua representação. Contudo, a norma ISAAR (CPF) apenas direciona o Arquivista na representação da informação, não apresentando métodos que pudessem auxiliar esse em sua análise, sendo assim, deixa a necessidade das discussões dos métodos do TTI na Arquivologia.

Palavras-chave: Tratamento Temático da Informação; Indexação; Indexação Arquivística; ISAAR (CPF)

Abstract

In way to discuss about the theoretical and practical meaning of the word indexing in Archivology, it was sought to investigate conceptual relations that it presents to the área in question. At one first moment the word indexing is seen in Archivology by Schellenberg, (1980) on XIX and XX centuries as a process witch has as base the cataloguing, which comes from Tematic Treatment of Information (TTI), at a second moment with automation in 80's decade, it pass to be understood as a process related to description of the archive document presented by International Authority Archival Register Standard International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families- ISAAR (CPF), which exposes some elements/characters who must be observed when extracting the word from the docmment for it's representation. However, the Norm ISAAR (CPF) only directs the Archiver on representartion of information, not presenting methods that could help in it's analysis, by the way, keeps the necessity of the discussion about the methods of TTI in Archivology.

Keywords: Tematic Treatment of Information; indexing; Archival indexing; ISAAR (CPF).

1 Introdução

A indexação trata-se de uma prática desenvolvida e relacionada à Ciência da Informação para a organização do conhecimento (OC), contendo respaldos teóricos delineados e delimitados, no âmbito do Tratamento Temático da Informação (TTI) por meio das abordagens que essa se utiliza, sendo elas: Catalogação de Assunto, Indexação e Análise Documental (AD).

Neste sentido, ao buscar relacionar a Indexação à Arquivística, objetivou-se, reportar tanto aos aspectos teóricos, quanto aos aspectos práticos relacionados à temática apresentada.

Deste modo, foi preciso acima de tudo, contextualizar a prática de Indexação no âmbito das políticas e fundamentos da Representação Arquivística, uma vez que, o contexto é a chave para a organização do conhecimento arquivístico.

Evidencia-se ainda que, as discussões sobre a Indexação tomam proporção somente com a elaboração da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e

Famílias – ISAAR (CPF). Onde a Indexação é vista como parte correlata a descrição, cujo intuito é a elaboração de pontos de acesso.

Contudo, pode-se observar que, o termo ponto de acesso só foi abordado com mais propriedade pela norma ISAAR (CPF), já que, essa foi elaborada para controle de autoridade, como apresentado no decorrer dessa pesquisa.

Visa-se assim contribuir teórica e conceitualmente para a delimitação da indexação no âmbito da Representação Arquivística.

2 Tratamento Temático da Informação (TTI)

O TTI no âmbito da Ciência da Informação divide-se em diferentes abordagens, são elas: Catalogação de Assunto (Norte Americana), Indexação (Inglesa) e Análise Documental (Francesa). Guimarães (2009) afirma que mesmo existindo diferenças terminológicas e de compreensão entre elas, contudo, as três têm como objetivo comum: permitir a disseminação, acesso e o uso da informação por meio das Linguagens, sendo esse último o produto do processo de análise, que visa

servir como produto de pesquisa para usuários, e de instrumento para o profissional que o elaborou.

A Catalogação de Assunto, de acordo com Berman (1982) e Šauperl (2005), permite que o usuário tenha o pleno conhecimento dos documentos disponíveis e a sua respectiva localização por meio do processo de catalogação onde é fornecida informações sobre a temática do documento a partir de seus assuntos, sendo eles específicos, gerais ou correlatos (BERMAN, 1982), pois um assunto representado de acordo com a temática contida no documento permite o acesso a ele (ŠAUPERL, 2005).

Já a Análise Documental (AD), é entendida pelos seguintes autores: Gardin (1966); Chaumier (1982); CoYaud (1966); Cunha (1987); Guimarães (1994, 2003), como sendo um conjunto de procedimentos realizados, cujo intuito é expor os conteúdos dos documentos.

De modo a complementar, Guimarães (2003) expõe que AD é composta por duas fases de análise, sendo a primeira etapa analítica que abarca o processo de leitura técnica e de identificação dos conceitos, e a segunda fase sintética, que busca: selecionar; condensar e traduzir os conceitos para uma linguagem de indexação. Já para a Escola Espanhola, Ruiz Perez (1992); Garcia Gutierrez (1984); Pinto Molina, (1993); Clauso Garcia (1993), que tem como base as perspectivas Otleniana, a AD pode ser dividida em Análise Documental de Forma referente ao suporte e Análise Documental de Conteúdo relativo a mensagem do documento em si (PINTO MOLINA 1993, p.99).

Perante isto, observa-se que a Indexação é a parte final em que se reflete a representação documentária, por meio de instrumentos documentários de linguagens que são transformados em produtos documentários, como: índices, vocabulários, entre outros (GUIMARÃES, 2003).

Logo, a Indexação, é compreendida pelos teóricos: Austin (1969); Coates (1988); Foskett (1973), como sendo uma etapa operacional que tem como objetivo representar o conteúdo informacional do documento, por meio dos processos: de análises conceitual (título e subtítulo, resumo, sumário, introdução etc.); identificação dos conceitos e tradução de modo a elaborar índices, entre outros.

Isto posto, essa síntese das correntes teóricas do TTI fez-se necessário, prosseguir com as discussões a seguir.

2.1 Os aspectos teóricos da Indexação e a sua correlação com a Arquivologia

Segundo Schellenberg (1980) os desenvolvimentos das técnicas no âmbito da Biblioteconomia contribuíram de forma significativa para os contextos das técnicas elaboradas na Arquivologia. A analogia do autor, entre

essas áreas dos conhecimentos apresenta os seguintes pontos, no qual o mesmo evidencia os êxitos alcançados na Biblioteconomia, que possibilitam reportar às atividades arquivísticas como arranjo e descrição, os correlacionando do seguinte modo:

O primeiro, na Biblioteconomia, constitui a Classificação, e a segunda, a Catalogação. Também como descrição há que considerar-se a Indexação, ainda que os índices das bibliotecas, tanto quanto os dos arquivos, venham, de ordinário, a carecer de informação descritiva (SCHELLENBERG, 1980, p.08).

Observa-se assim, que a descrição possui em seu bojo atividades que a relacionam com a Indexação, uma vez que ambas procuram representar os elementos/caracteres intrínseco e intrínsecos aos documentos de arquivo de modo a permitir acesso e a difusão da informação.

A relação encontra-se presente, principalmente na elaboração dos catálogos, prática comum na Arquivística nos séculos XIX e XX. Heredia Herrera (1991, p.360) relata que tal processo, pode ocorrer também nas “unidades arquivísticas série ou em conjunto de documentos que se relacionam entre si à unidade tipológica”.

Para a elaboração do catálogo, Heredia Herrera (1991, p.360) apresenta alguns pontos que por ela são considerados essenciais no desenvolvimento, sendo eles: “caracteres/elementos internos, externos ao documento de arquivo, como: ano, mês, dia, lugar, autor, destinatário, atividade e função, nível de descrição e tipologia documental”.

Entretanto, Schellenberg (1980) relata que, por mais que tivesse uma quantidade razoável de trabalho sobre a temática indexação no “século XX, em particular no tocante a documentos genealógicos, os processos de tal técnica documentária nunca foram plenamente definidos nem normalizados” (SCHELLENBERG, 1980 p.59).

Deste modo, por mais que houvesse a necessidade da utilização de indexadores na arquivística, as discussões sobre ela só ocorrem com o advento da automação na década 1980, em que a consideração de pontos de aceso é vista como parte inerente ao processo descrição, fazendo se assim, necessário um estudo amplo que buscasse não só apenas lhe dar característica de técnica de representação, mas também compreender a sua funcionalidade sobre o documento de arquivo, respeitando os preceitos da área e os métodos já elaborados.

3 A busca de uma normalização para a descrição do documento de Arquivo

As discussões propulsoras que aconteceram com base na normalização da descrição para a arquivística ocorreram na década de 1980 no Canadá. Devido a uma maior organização associativa e ao início de encontros

anuais para discutir temáticas comuns a todos os Arquivistas.

Ao longo dos anos, a partir de 1980, o início da automação em arquivos estimulou a necessidade de se ter uma norma de descrição de documento de arquivo, pois, o que era até então moderado por mecanismo humano dar-se-á agora por técnicas computadorizadas (BONAL ZAZO, 2002; BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES, 2008; STIBBE, 1998).

O processo de normalização elaborado no Canadá adveio com o início do Bureau Canadien des Archivistes (BCA) Planning Committee on Descriptive Standards (Departamento de Arquivistas Canadenses - Comitê de Planejamento de Normas de Descrição) em 1987.

Após a composição da BCA, em 1986, foi exposto o primeiro livro técnico nominado de *Les normes de description en archivistique: une nécessité* (As normas de descrição em arquivística: uma necessidade) que provia padrões nacionais para a descrição de documentos de arquivo, e que segundo eles se aplicavam a todos os materiais documentais (BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES, 2008; STIBBE, 1998).

Entretanto, somente em 1990 que o grupo faz apresentação da Norma para os Arquivistas canadenses, nomeada como *Règles pour la description des documents d'archives – RDDA* (Normas para a descrição do documento de arquivo – RDDA) no qual sua revisão mais recente é datada de 2008 (BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES, 2008; STIBBE, 1998; BONAL ZAZO, 2002).

A norma arquivística canadense assegura que o ato de descrição do documento de arquivo consiste em “identificar, explicar o contexto e o conteúdo do documento de arquivo, a fim de facilitar o acesso a ele (BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES, 2008, p.24, tradução nossa)”.

Logo, o termo descrição tem atrelado a si quatro sentidos no domínio da Arquivologia que foram identificados, instituindo assim, o conceito de descrição, sendo eles: contexto, atividade, resultado e objetivo.

Atividade: processo de análise dos caracteres/elementos internos e externos ao documento de arquivo.

Contexto: onde foi elaborado, quem é o produtor do documento de arquivo.

Resultado: instrumento de pesquisa que foi elaborado com base no processo de análise realizado, sendo esses produtos: guias, inventários, catálogos.

Objetivo: promover o acesso ao documento de arquivo, tanto para o usuário quanto para o Arquivista.

Sendo assim, essa foi à contribuição que a norma dos Arquivistas canadenses (2008) proporcionou para o conceito de descrição na arquivística.

3.1 As normas de Descrição Arquivística – ISAD (G) e ISAAR (CPF)

Como resposta à busca dos Arquivistas canadenses pela normalização da descrição do documento de arquivo em 1987, alguns especialistas da International Council on Archives - ICA foram a Ottawa-Canadá em 1988, entre os dias 04 a 07 para estudá-la e vivenciar assim, as experiências proporcionadas pelos estudos desenvolvidos pelos canadenses aplicados em seus arquivos (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G), 2000).

Como resultado deste estudo e com a publicação da RDDA no Canadá em 1990, foi formada no mesmo ano na Polônia uma comissão de caráter permanente, que buscava desenvolver um padrão de norma geral de descrição arquivística.

Depois das revisões realizadas, a ICA a publica sob o título adaptado em Madrid-Espanha como ISAD(G): Geral Internacional de Arquivo Padrão Descrição, e depois adaptada também pela comissão de Norma de Descrição apresentada em 1994 como versão final aprovada pela ICA em Ottawa-Canadá. Esta norma trouxe em seu prefácio que ocorreria uma revisão depois de 5 anos, sendo esse um período de teste e supondo que a sua utilização apresentaria resultado e novos conselhos para a revisão (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; STIBBE, 1998).

Após a conclusão da ISAD(G) e a sua publicação, pode-se identificar que a norma foi elaborada perseguindo alguns objetivos, sendo eles:

Assegurar a criação de descrições uniformes, relevantes e explícitas.

Facilitar a investigação e o intercâmbio de informações sobre arquivos.

Permitir o uso de autoridades de registros públicos.

Possibilitar a integração de descrições de diferentes arquivos em um sistema unificado de informação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G) 2000, p.11)

Para que esses objetivos apresentados pela ISAD(G) fossem atingidos, foram subdivididos em multinível de descrição contendo 7 áreas e 26 elementos.

A descrição apresentada pela a ISAD(G) se configura em uma aplicação de descrição multinível ao documento de arquivo, visando à representação do contexto e da estrutura hierárquica do fundo e de seus componentes. De acordo com ISAD(G) o fundo poderia ser “descrito como um todo numa única

descrição ou a ISAD(G) expõe ainda que a descrição do documento de arquivo se constitui pela:

elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G), 2000, p.14-15).

Tendo como subsídios a contextualização apresentada sobre a descrição pela ISAD(G), foi possível apontar algumas considerações sobre os caracteres/elementos descritivos que ela apresenta, ao propor a descrição do documento de arquivo.

A ordem e a numeração da ISAD(G) são indicativas e não prescritivas: indicativas, no sentido que permitem identificar alguns caracteres/elementos, que poderão servir de auxílio aos Arquivistas na descrição.

Todavia, seis elementos formam o núcleo essencial para o intercâmbio internacional de informação como apresenta a norma: “código de referência; título; produtor; data(s); e) dimensão da unidade de descrição e nível de descrição, sendo eles: Fundo (um conjunto de documentos de uma mesma proveniência, Série (documentos relativos a uma mesma função) etc. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G) 2000, p. 15).

Contudo, quando a ISAD(G) estava sendo elaborada surgiu uma observação, sobre a descrição arquivística relacionar-se não apenas ao documento de arquivo, mas também com quem o produziu. Ao se levar em conta esta observação, levantou-se a discussão e necessidade de “pontos de acesso” que fossem elaborados aos seus produtores (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; FONSECA, 1999; STIBBE, 1998).

Por mais que a ISAD(G) trouxe disposto, na área de contextualização, no nível de nome(s) do(s) produtor (es), elementos para elaboração de “pontos de acesso”, no entanto, reconheceu-se que os pontos de acesso iriam ser de suma importância para o controle e colaborariam posteriormente como termo de pesquisa, ao proporcionar o acesso à descrição realizada do documento de arquivo (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G) 2000, p. 24).

Como reflexo desta indagação, consta na redação do prefácio do ISAD(G) a ressalva que a comissão estava desenvolvendo uma norma de descrição padronizada para os registros de autoridades, a consideração da importância de controlar a forma autorizada de nome e o conteúdo de pontos de acesso, os levou a propor o desenvolvimento de um padrão para o controle em

sistemas de informação de arquivo (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF)2004; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G) 2000).

Em um primeiro momento, os pesquisadores imaginaram que este padrão, poderia vir a ter alguns pontos em comum com os padrões utilizados por bibliotecas para o controle de autoridade, no entanto, observou-se que estes padrões se faziam distintos na medida em que o documento de arquivo possuía informações em seu conteúdo relacionado ao título do registro de autoridade (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; NORMA GERAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA. ISAD(G), 2000).

Como consequência deste fato, houve a criação de um subgrupo em 1992 que tinha como função investigar meios que viessem a auxiliar na elaboração de registros de autoridade. A determinação deles teve com inspiração cursos sobre o registro de autoridade ministrados no Canadá e nos Estados Unidos, bem como o registro de autoridade internacional que tinha sido elaborado pela International Federation of Library Associations (IFLA) entre as décadas de 70 e 80, como diretrizes para a autoridade e entradas de referencia (IFLA, 1984) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF), 2004; INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; STIBBE, 1998).

Em 1994 o subgrupo apresenta um projeto no plenário da comissão de normas em uma reunião ocorrida em Haia-Holanda. Após a apresentação do projeto, ele foi divulgado a comunidade arquivística internacional para que houvesse comentários sobre o assunto, e para que assim se fizesse a sua revisão (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004; STIBBE, 1998).

Posterior à revisão, em 1995 em Ottawa-Canadá, foi apresentada a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR(CPF), em sua versão final aprovada pela ICA e preparada pela comissão de normas.

A conclusão desta norma se deu simultaneamente com a segunda revisão do ISAD(G) ambas financiadas pela UNESCO, e apresentadas no Congresso Internacional de Arquivo XIII em Pequim-China em 1996. Neste Congresso ocorreu uma assembleia na qual foi montada uma Comissão de Norma, um committee on descriptive standards (ICA/CDS), que ficou responsável pela manutenção das normas que ocorreriam de 5 em 5 anos (ICA/CDS) (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004; STIBBE, 1998).

Sendo assim, a ISAAR(CPF) é apresentada contendo em sua estrutura 4 áreas e 27 elementos. A descrição do documento de arquivo por meio da sua estrutura da ISAAR(CPF) busca a “representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar [...] contexto e sistemas de documentos que os produziram (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004, p.14)”.

Deste modo, de acordo com a ISAAR(CPF) sua descrição sobre o documento de arquivo abrange o fornecimento de informações sobre as circunstâncias de sua produção, logo que os registros de autoridade consistem na “forma autorizada do nome combinada com outros elementos de informação que identificam e descrevem a entidade nomeada e pode remeter para outros registros de autoridade relacionados (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004, p.14)”.

O objetivo de sua elaboração foi propor regras gerais que auxiliassem na normalização da descrição arquivística, sobre os seus produtores e o contexto de produção do documento, permitindo assim que fosse possível:

Fornecer identificação precisa dos produtores do documento;

Proporcionar aos usuários o entendimento do contexto da produção e uso do documento de arquivo;

Padronização dos termos utilizados como pontos de acesso em descrições arquivísticas com a finalidade de promover o acesso a eles;

Promover o intercâmbio desses dados entre instituições por meio de sistemas (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004, p.10)

Ressalte-se ainda que, assim como na ISAD(G), a ordem e a enumeração da ISAAR(CPF) é indicativa, apontando somente alguns caracteres/elementos que podem vir a servir na representação do documento.

Pode-se identificar que esta também apresenta um núcleo essencial para a descrição que viesse ser realizada com ISAAR(CPF), podendo ser executada por meio: “tipo de entidade (pessoa jurídica, pessoa ou família), forma(s) autorizada(s) do nome, datas de existência, identificador do registro de autoridade (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004, p.15)”.

Com a utilização do ISAAR(CPF) se pode descrever uma entidade coletiva, pessoa, ou família como unidades dentro de um sistema de descrição arquivístico, além de contribuir para fins de controle na elaboração e no uso de pontos de acesso,

proporcionando também pela relação entre diferentes produtores de documentos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004).

Percebe-se que os pontos de acesso, no esboço da ISAAR (CPF), se relacionam ao controle de registro de autoridade, todavia depois de sua publicação, define e apresenta como pontos de acesso, “Nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser usado para pesquisar, identificar e localizar descrições arquivísticas, inclusive registros de autoridade (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004, p.14)”.

Contudo, se faz necessário relatar que, de acordo com Stibbe (1998), algumas suposições importantes apresentadas na declaração de princípios devem ser mantidas em mente ao analisar o ISAD(G) e a ISAAR (CPF):

Primeiro ponto: a comissão de normas reconhece que os caracteres/elementos de informação sobre o documento de arquivo são necessários em cada fase de sua gestão, seja ela: corrente, intermediário ou permanente (p, 135).

Segundo Ponto: a descrição serve como representação definitiva do documento de arquivo, como sendo necessária para estabelecer o controle intelectual e promover o acesso a informações de seu conteúdo, ou seja, a comissão tinha em mente o documento de arquivo selecionado para a preservação permanente e organizado (p.136).

Terceiro ponto: é a definição de descrição mais restrita apresentado pela declaração de princípios para atender o documento permanente, sendo ela a “criação de uma representação precisa dos fundos e de seus componentes pelo processo de captura, coleta, análise e organização de qualquer informação que sirva para identificar o documento de arquivo, explicar o seu contexto e registros de sistemas que os produziram (p.137)”.

Sendo assim, as normas foram elaboradas com a finalidade de atender os documentos de arquivo em sua fase permanente, com intuito de proporcionar o acesso e a difusão de seu conteúdo.

Ambas as normativas estudadas abrem procedência para elaboração de normas nacionais, que possam vir a agir em conjunção com estas em busca de um bem comum, tanto a ISAD(G) quanto a ISAAR(CPF) não se comprometem com entrada ou saída de dados, e nem com a elaboração de instrumento, ficando a cargo de cada instituição decidir por si, entretanto, alguns elementos de descrição nelas contidos são obrigatórios constar nos instrumentos.

3.2 Indexação no âmbito da descrição Arquivística

Pode-se observar que o termo ponto de acesso surge por meio da automação, vindo a substituir os termos que eram até então utilizados, como sendo: entrada principal e secundária de título.

A ausência destes termos nos léxicos arquivísticos ocorre em um primeiro momento, segundo Stibbe (1992), porque esses termos estão relacionados com os padrões de descrição, como regras ou códigos de catalogação. Esses padrões se encontravam ainda em discussões no âmbito arquivístico.

Contudo, na Biblioteconomia os padrões de descrições se apresentam durante a década de 1960 ocorrem às primeiras divulgações de normas que vinham auxiliar na descrição de modo a proporcionar o acesso, tais como: a Norma Anglo American Cataloguing Rules – AACR (Código de Catalogação Anglo-Americano) e a norma Machine-Readable Cataloging - MARC (Catalogação Legível por Máquina).

Com automação crescente, os termos que eram referenciados como entrada títulos passaram a ser denominado de pontos de acesso, esse termo é oriundo da Ciência da Computação, que foi vinculado ao AACR em um primeiro momento como sinônimo à entrada principal, mas que com o passar do tempo assumiu característica própria como elementos necessários para a identificação do registro bibliográfico.

No domínio arquivístico, não ocorreu de forma diferente à busca pela normalização da descrição, também sendo propulsão pela automação, conforme destacou-se acima. Entre as décadas de 1990 e 1980 impactado pela Norma dos Arquivistas canadenses, nomeada como Règles pour la description des documents d'archives, que trouxe consigo o conceito de entrada principal e os mesmos problemas de sinônimos também ocorreram sobre o termo ponto de acesso, como visto no AACR e MARC, no entanto, adaptados para a descrição Arquivística.

Na Arquivística, os respectivos termos se apresentavam da seguinte forma, o termo título foi substituído pelo termo acesso, ficando:

Acesso Principal: nome pelo qual um fundo e todas as suas partes podem ser pesquisadas e identificadas (Ponto de acesso primário). Acesso Secundário: nome, palavra ou frase em adição à categoria principal de acesso, em que descrição Arquivística pode ser pesquisada e identificada (Ponto de acesso secundário) (BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES 2008, s/n, tradução nossa)".

O termo ponto de acesso na Arquivística só assume um significado mais coeso com as Normas de Descrição Internacionais, que reconhecem como ponto de acesso, quaisquer elementos de informação que proporcionam a identificação e a localização da informação.

Compreende-se assim que, a Representação Arquivística e os instrumentos de pesquisa, no âmbito

do arquivo, se realizam por meio da descrição do documento de arquivo, que segundo as normas ISAD (G) e ISAAR (CPF), apresentam níveis que devem ser seguidos para elaboração da descrição do documento de arquivo, sendo alguns deles elementos obrigatórios.

Todavia, apenas a ISAAR(CPF) apresenta nível que proporciona a elaboração e o tratamento de pontos de acesso, demonstrando como esses podem se basear no uso de qualificadores quando são julgados essenciais ou não para recuperação.

A descrição arquivística se reflete na elaboração dos instrumentos de pesquisa que buscam proporcionar o acesso e a difusão da informação, apresentando caracteres/elementos que são intrínsecos ao conteúdo do documento descrito, permitindo a elaboração pontos de acesso que são apresentados pelos os instrumentos, seja ele: guia, inventário ou catálogo etc.

Pois segundo o dicionário de terminologia arquivística brasileiro, os pontos de acesso são os caracteres/elementos de “informação, termo ou código que, presente em unidades de unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de identificação documentos (Arquivo Nacional (Brasil) 2005, p.134, grifo do autor)".

Sendo assim, os instrumentos de pesquisa são elaborados por meio da descrição do documento de arquivo e são contemplados com os pontos de acesso, pois permitem identificar o fundo, localizar, recuperar e controlar o documento de arquivo, cada um dentro de sua peculiaridade ao servir como instrumento de pesquisa.

Deixa em evidencia também, que segundo a definição apresenta da pelo ISAAR (CPF) os pontos de acesso não estão restritos apenas ao controle do registro de autoridade, mas a todos os caracteres/elementos que contribuam para o acesso e recuperação da informação.

Na elaboração dos pontos de acesso, não se deve repetir termos e eles devem ser controlados, com intuito de aumentar a eficácia e diminuir a imprecisão no momento da busca da informação.

Neste sentido, “processo os movimentos de análise e síntese, descritos no âmbito da indexação e da análise documentaria ocorreriam de forma simultânea, do nível mais geral para o nível mais específico” (BARROS, 2016, p.41).

4 Considerações Finais

Ao tecer as considerações, identifica-se no corpus teórico uma preocupação na busca pela normalização dos pontos de acesso por meio de processo que essa tem como base a norma ISAAR (CPF).

Observa-se que, a norma ISAAR(CPF) evidencia algumas diretrizes que auxiliam na análise do documento de arquivo, de modo a direcionar na

identificação dos elementos/caracteres inerente a esse, que devem constar na representação da informação do documento de arquivo como ponto de acesso, bem como a ponderação que deve-se ter na “seleção” do termo, para que esse não se repita, e que seja fidedigno ao conteúdo do documento.

Tal processo de Indexação na Arquivologia, não envolve uma metodologia específica para se fazer a extração, seleção ou o controle do termo utilizado para dar acesso a informação do documento de arquivo.

Entretanto, deixa em evidência que, não houve uma “preocupação” por parte de Arquivologia de apresentar procedimentos metodológicos que viessem auxiliar o Arquivista na elaboração de instrumentos, cujo resultado seria os produtos de acesso a informação do documento de arquivo.

Sendo assim, houve um movimento para normalização da descrição do documento de arquivo, mas não ocorreu uma busca por procedimentos metodológicos que pudesse vir auxiliar o Arquivista na representação do conteúdo do documento de arquivo.

Desta forma, essa pesquisa deixa em aberto para que se apliquem os métodos do Tratamento Temático da Informação sobre o documento de arquivo, de modo a identificar qual é a metodologia que dialoga para com a representação do documento de arquivo.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.
- AUSTIN, D. 1969. Prospects for a new general classification. In *Journal of Librarianship*. Vol. 3, no.1, 149-169.
- BARROS, T. H. B. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 21, n. 46, p. 33-44, 2016.
- BATES, Marcia J. Rethinking subject cataloging in the online environment. *Library Resources & Technical Services*, v.33, n.4, p.400, 1989.
- BERMAN, S. The practicing librarian. *Library journal*, v.15, 1982.
- BONAL ZAZO, J. L. La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas. Gijón: Trea, 2002.
- BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES (Org.). Règles pour la description des documents d'archives. Ottawa, rev.2008.
- CHAUMIER, J. As técnicas documentais. Trad. Jorge de Sampaio, 1. Ed. PortoLisboa: Publicações Europa América, Coleção saber nº 72 seções VI - Ciências Aplicadas, 1971.
- CLAUSÓ GARCIA, A. Análisis documental: el análisis formal. *Revista general de información y documentación*, Vol. 3, Nº 1, 1993, págs. 11-20.
- COATES, E. J. Subject catalogues: headings and structure. London: The Library Association, 1988.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. (Publicações Técnicas; n. 50).
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.
- COYAUD, M. Introduction à l'étude des langages documentaires. Paris: Klincksieck, 1966.
- CUNHA, I.M.R.F. Análise documentária. In: SMIT, J.W. et al. (org.), Análise documentária: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987.
- FOSKETT, A. C. A abordagem temática da informação. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. UnB, 1973.
- GARCIA GUTIÉRREZ, A.L. Linguísticas documental. Barcelona, Mitre 1984.
- GARDIN, J. C. et al. La logique de plausible: essays d'epistemologie pratique. Paris: Maison de Sciences de L'Homme, 1981.
- GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación*, v. 3, p. 105-117, 2009.
- HEREDIA HERRERA, A. Archivística general: teoría y práctica. Sevilla, Espanha : Diputación Provincial de Sevilla, 1991.
- HEREDIA HERRERA, A. Archivística general: teoría y práctica. Sevilla, Espanha: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.
- INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES. Committee on de descriptives standards. France.
- PINTO MOLINA. M. Análisis documental: fundamentos y procedimientos. 2. ed. rev. aum. Madrid: Eudema, 1993.
- RUIZ PÉREZ, R. El análisis documental: bases terminológicas, conceptualización y estructura operativa. Madrid: Universidad de Granada, 1992.
- ŠAUPERL, A. Subject cataloging process of Slovenian and American Catalogers, *Journal of Documentation*, v. 61, n.6, 2005, p. 713-734.
- SCHELLENBERG, T. R. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

STIBBE, H. L. P. Standardising description: the experience of using ISAD (G). *Janus: archival review*, Dordrecht, n.

1, p. 132-152, 1998.